



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO**

### **SECRETARIA DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS GERAIS COORDENADORIA DE ENGENHARIA**

#### **ASSESSORIA DE SUPORTE E FISCALIZAÇÃO AOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

##### **MINUTA DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

##### **UNIDADE DEMANDANTE:**

1. Unidade Gestora Responsável: Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais - SSG.
2. Unidade Demandante: Assessoria de Suporte e Fiscalização aos Serviços de Engenharia - ASSENG.

#### **I – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO/IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA [Art. 18, § 1º, inciso I]**

I.1 - Trata-se de necessidade prioritária de se recuperar pilar de concreto armado em prédio do patrimônio do Estado do Rio de Janeiro, ora cedente, situado na rua Expedicionário Paulo Moreira, 67, Bom Jesus do Itabapoana/RJ, utilizado por este Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) para abrigar o cartório da 95ª zona eleitoral, na condição de mero cessionário, conforme evidenciado nos processos administrativos [2024.0.000001886-8](#) e [27887/2006](#).

I.2 - Sob a ótica da Engenharia Civil, justifica-se a demanda por se tratar de elemento estrutural, cuja demolição reduziu a área de sua seção resistente, com repercussão na capacidade portante e nas condições de serviço, trazendo, ainda, incertezas na solidez e a na estabilidade da edificação, notadamente por ter havido o seccionamento de barras de aço longitudinais, transversais e de estribos.

#### **II – DATA PARA O ATENDIMENTO DA DEMANDA**

II.1 - A data prevista para o início da contratação é 29/10/2025.

#### **III – CONEXÃO COM O PLANEJAMENTO EXISTENTE [ART. 18, § 1º, INCISO II]**

III.1 - Segundo informado pelo id. [4104152](#), a contratação ora em planejamento nos presentes autos não foi incluída no PCA 2025 pelos motivos aduzidos pelo titular da Coordenadoria de Engenharia - id. [4071489](#).

III.3 - O id. [4104152](#) autorizou prosseguimento da instrução destes autos com vistas à contratação dos serviços de recuperação estrutural do pilar de concreto armado do imóvel que abriga o cartório da 095ª zona eleitoral - Bom Jesus de Itabapoana, assim como sua inclusão como extraplano no monitoramento do PCA 2025.

#### **IV - ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E MEMÓRIA DE CÁLCULO, COM JUSTIFICATIVAS QUE AS RELACIONE À DEMANDA [Art. 18, § 1º, inciso IV]**

IV.1 - Embora as demolições possuam cerca de 70 cm de destruição ao longo do comprimento do pilar, observa-se que houve seccionamento de barras de aço, incluindo-se estribos e barras longitudinais, razão pela qual haverá a necessidade de se demolir região bem mais abrangente, as quais permitam o traspasse, de modo

que as emendas satisfaçam os comprimentos mínimos da ABNT NBR 6.118:2024.

IV.2 - Observa-se, ainda, que para a recuperação estrutural das regiões do pilar de concreto armado demolidas pelo TRE-RJ, haverá as necessidades de perfuração de vigas e laje, tornando a determinação de quantitativos ainda mais impreciso em face dos inúmeros resultados possíveis quando se executam tais serviços.

IV.3 - Por fim, cabe destacar que o presente planejamento deverá se encontrar atrelado à mudança de sala ou endereço do cartório que atualmente se encontra lá instalado.

IV.4 - Planilhas orçamentárias integram o presente planejamento, conforme os seguintes anexos:

IV.4.1 – Anexo I-A: projetos e detalhamentos - estado da arte - id. [4497537](#).

IV.4.2 - Anexo I-B: estimativa de quantitativos (memória de cálculos) - id. [4497653](#).

IV.4.3 - Anexo I-C: estimativa preliminar de custos - id. [4509555](#).

IV.4.4 - Anexo I-D: cronograma físico - id. [4510358](#).

IV.4.5 - Anexo I-E - ordem de serviço - id. [4541820](#).

IV.5 - As especificidades dos serviços, aliadas às incertezas estruturais existentes, evidenciaram as melhores soluções técnicas, a partir das quais foram elaboradas planilhas orçamentárias contendo preços unitários baseados em base de preços consolidadas pela IN TRE-RJ GP 8/2019 e Ato TRE-RJ GP 340/2018, considerando-se:

IV.5.1 - A demolição de pilar de concreto armado, considerando-se inclusive que houve a remoção de barras de aço longitudinais e transversais.

IV.5.2 - A necessidade de se recuperar estrutura de pilar em concreto armado, cuja demolição ocorreu injustificadamente.

IV.6 – A estimativa em planilha sintética de preço da Administração - anexo I-C - se encontra em caráter preliminar, configurada pelo id. [4509555](#).

## **V - LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA TÉCNICA, ECONÔMICA E AMBIENTAL DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR [Art. 18, § 1º, incisos V]**

### **5.1 LEVANTAMENTO DE MERCADO/REFERÊNCIAS DE CUSTOS**

V.1.1 - Trata-se da recuperação estrutural de pilar de concreto armado - id. [4043026](#) - cujos danos estruturais exigem o restabelecimento da situação anterior à demolição executada pelo TRE-RJ, o que não permite soluções técnicas distintas entre si, restando reparar a seção originária do pilar mediante prévio acréscimo de barras de aço transversais e longitudinais as quais foram removidas, considerados os devidos traspases e as características técnicas de resistência dos materiais existentes.

V.1.1.1 - Justamente por se tratar de pilar de concreto armado existente, o qual sofreu danos e demolições, que a única solução a ser adotada será a recolocação de barras de aço removidas por razões ainda não evidenciadas, bem como a recomposição de sua geometria mediante o uso de microconcreto de alta resistência especificado.

V.1.2 - Assim sendo, as planilhas orçamentárias elaboradas com base de preços delimitados pelos Atos GP TRE-RJ 340/2018 e 8/2019 representam os insumos necessários, na proporção de quantitativos com potencial

de variabilidade em face de furações e novas demolições que serão necessárias para que se executem os traspases exigidos pela NBR ABNT 6.118:2024.

V.1.3 - Contudo, há de se destacar que, no processo administrativo SEI! [2024.0.000001886-8](#), concluiu-se pela mudança de endereço das instalações cartorárias, notadamente por ter se observado pelos id. [3893893](#), id. [3893902](#), id. [3893924](#) e id. [3893902](#) que as metodologias construtivas da edificação inobservaram os recobrimentos de concreto para a proteção de barras de aço, associadas à precária conservação estrutural, o que exigirá relevantes custos de obras civis voltadas para a recuperação estrutural de toda a edificação, mas que não se confundem com as demolições que o TRE-RJ executou em pilar de concreto armado, localizado na área que abriga o cartório da 95ª zona eleitoral do TRE-RJ, portanto, sob a sua responsabilidade, ainda que na condição de mero cessionário.

## 5.2 SOLUÇÃO ESCOLHIDA

V.2.1 - Considerando-se que a ocorrência da demolição do pilar de concreto armado incluiu, ainda, o seccionamento de barras de aço resistentes a esforços de provenientes de ações horizontais na estrutura, tais como compressão, flambagem ou esforços de segunda ordem, aliada à ausência de projetos "as built" e de dados da resistência dos materiais, haverá a necessidade de que a recuperação estrutural inclua a atuação de especialista para a elaboração de projeto estrutural executivo mediante a prospecção de dados obtidos a partir da demolição de trechos para a observação de imperfeições e detalhamentos da disposição das armaduras existentes.

V.2.1.1 - Os custos decorrentes da elaboração do projeto executivo estrutural se encontram devidamente previstos na estimativa preliminar de custos, item 7 do anexo I-C (id. [4509555](#)).

V.2.2 - Deve-se ressaltar que a execução exigirá, ainda, o monitoramento de eventuais deformações para que sejam instaladas as barras de aço demolidas mediante traspases e soldas que assegurem a devolução da monoliticidade do concreto armado que existia anteriormente, bem como satisfaçam as exigências da norma técnica da ABNT NBR 6.118:2024.

## VI - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO [Art. 18, § 1º, inciso VI]

VI.1 - O valor preliminarmente estimado da presente contratação é de R\$ 40.160,28 (quarenta mil, cento e sessenta reais e vinte e oito centavos).

VI.2 - A metodologia utilizada para apuração preliminar dos custos foi baseada nos quantitativos de serviços e insumos levantados por meio dos projetos. A planilha orçamentária, de caráter preliminar, se encontra no id. [4509555](#), e foi elaborada levando-se em consideração as composições de custos unitários constantes, majoritariamente, as tabelas de referências de preços públicas, quando possível, e em publicações especializadas, em conformidade com o Decreto nº 7.983/2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia contratados executados com recursos dos orçamentos da União, bem como de acordo com o Ato GP 340/2018, que dá subsídio para o Tribunal utilizar os sistemas da EMOP e SCO-Rio, nos casos de inviabilidade de uso do SINAPI, além da Resolução TRE-RJ 749/2010, que autoriza a utilização da base TCPO, de fornecimento exclusivo pela PINI, e, por fim, em conformidade com a Lei 14.133/2021.

VI.3 - Materiais, acabamentos e instalações propostas na presente contratação:

VI.3.1 - Materiais próprios voltados para a recuperação estrutural do pilar demolido, tais como, grauteamento e barras de aço a serem criteriosamente aplicados.

VI.3.2 – Novas armaduras deverão repor as que foram inapropriadamente demolidas e removidas.

## Estimativa de quantidades - itens relevantes - curva ABC

Item	Descrição de serviços	Unidade	Quantidades
1	Argamassa polimérica tixotrópica	m³	0,4
2	Graute	kg	861
3	Aço	kg	67
4	Mobilização e desmobilização	un.	2

VI.3.3 - Quantitativos baseados em estimativas, cujas variações se relacionam com as extensões das demolições necessárias para o traspasse de barras de aço longitudinais e transversais, assim como com a eficiência de suas execuções.

**VII - DESCRIÇÃO COMPLETA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA [Art. 18, § 1º, inciso VII]**

VII.1 - As soluções técnicas adotadas, considerando as técnicas construtivas usuais e os materiais disponíveis, são:

VII.1.1 - Após a total desocupação do espaço, deverão ser adotadas medidas de cautela voltadas para o início de demolições destinadas à prospecção das características do aço existente, notadamente a bitola das barras que foram seccionadas.

VII.1.2 - As barras a serem recuperadas exigirão reposição mediante transpasse e/solda, de modo a assegurar o restabelecimento da área de aço necessária, assim como a capacidade portante do pilar de concreto armado.

VII.1.3 - Fôrmas em madeira compensada deverão permitir o novo preenchimento do pilar mediante uso e aplicação de argamassas tixotrópicas poliméricas e/ou graute, tudo na forma especificada pelo projeto executivo contratado pelo item 7 da planilha orçamentária (id. [4509555](#)) - composição 007001 - 01.050.0035-A - EMOP.

VII.1.4 - Desforma, revestimento e pintura

VII.2 - Requisitos da Resolução CNJ nº 114/2010:

VII.2.1 - O histórico da ocupação pelo TRE/RJ tramita no protocolo [2023.0.000025601-0](#), onde se encontram registradas as providências voltadas para a desocupação do espaço no qual devem ocorrer as obras e serviços voltados para a recuperação estrutural do pilar parcialmente demolido pelo TRE-RJ.

VII.2.1.1 - Todas as providências voltadas para a desocupação do espaço se encontram a cargo da Coeng, a qual assegura que o espaço estará desocupado antes da fase externa da licitação.

VII.2.2 - Os projetos executivos estão contidos no escopo contratado, conforme consta do anexo I-C - id. [4509555](#), tendo em vista que somente após o levantamento mencionado no item VII.1.1 será possível elaborá-lo.

VII.2.3 - Considerando que as obras e serviços propostos possuem caráter de recuperação de elemento estrutural em espaço sob a responsabilidade deste órgão - TRE-RJ - o que não ocasionará qualquer acréscimo de área, tem a desnecessidade de licenciamento junto à municipalidade. As obrigações junto aos Conselhos de classe pertinentes constarão de regra específica no projeto básico.

VII.3 - Em virtude das especificidades dos serviços que se pretende contratar, sobretudo por se tratar de

peculiar recuperação estrutural de pilar de concreto armado, cujas barras de aço foram inclusive seccionadas e exigirão reposição com sobreposição e/ou solda em aço, não se observam características no escopo capaz de viabilizar o uso de referências fornecidas pelo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

VII.4 - O projeto executivo a ser elaborado pela contratada, será entregue mediante arquivos "dwg" e "ifc", de modo que ocorra a intercambialidade entre diferentes programas de CAD e BIM.

VII.5 - A contratação por execução indireta, ora em planejamento, se alinha com a empreitada por preço unitário, pois a definição de preços por unidades de medida mais bem se ajustam às indefinições decorrentes das demolições que se farão necessárias em virtude da imprescindibilidade de se recolocarem as barras de aço as quais foram indevidamente removidas, o que impõe à execução certo nível de incerteza o qual impossibilita precisar quantitativos.

## **VIII - PARCELAMENTO E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO [Art. 18, § 1º, inciso VIII]**

VIII.1 - O parcelamento não é economicamente viável para a presente contratação, devido, principalmente, aos custos de mobilização/desmobilização e do canteiro de obras, bem como devido aos custos referentes à responsabilidade técnica pelos serviços, uma vez que apenas um responsável técnico é capaz de executar ambas as obras no caso de não parcelamento. Além disso, a atribuição de responsabilidades pela utilização e operação de um canteiro de obras compartilhado entre duas empresas é eliminada.

VIII.2 - A adjudicação deverá ser global, compondo um lote único.

## **IX - RESULTADOS PRETENDIDOS/BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS [Art. 18, § 1º, inciso IX]**

IX.1 - Pretende-se, com a recuperação do pilar de concreto armado da edificação, sanar as consequências indesejáveis da ação de demolição em prédio no qual este órgão - TRE-RJ - figura como mero cessionário

IX.2 - Desse modo, se busca mitigar os riscos legais e financeiros de responsabilização do TRE-RJ por danos em propriedade cedida.

IX.3 - Com a reconstrução do trecho do pilar, objetiva-se recuperar o dano e, sobretudo, garantir a segurança e a solidez necessária ao imóvel e ao patrimônio que ele abriga.

IX.4 - Garantir a continuidade do serviço público (evitando futuras interdições do cartório eleitoral).

## **X - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO [Art. 18, § 1º, inciso III]**

X.1 - A obra em questão é considerada comum.

X.1.1 - Recuperação estrutural de elemento de concreto armado é serviço usual para o mercado da construção civil brasileiro, de reconhecido domínio técnico do assunto, notadamente, neste caso, por se tratar de um único pilar, cujos serviços constam das bases de preços consolidadas pela IN TRE-RJ GP 8/2019 e pelo Ato TRE-RJ GP 340/2018.

X.1.2 - Vale destacar, ainda, que o contratado poderá identificar, bem como avaliar as geometrias das próprias bitolas das barras de aço existentes as quais foram demolidas, seccionadas e removidas.

X.1.3 - De posse de tais levantamentos e dados, o contratado poderá cotejar a taxa de armadura existente com as recomendações da NBR ABNT 6.118:2024, sem prejuízos para a apresentação quantitativa dos esforços envolvidos, de modo que, em quaisquer circunstâncias, estejam analiticamente demonstradas a solidez e a estabilidade do pilar recuperado no tocante aos esforços por

ele resistidos, assim como dos elementos estruturais com os quais imediatamente interage.

## X.2 - Habilitação Técnica:

X.2.1 - Habilitação técnica operacional - comprovação de aptidão para a prestação dos serviços com características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta contratação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

X.2.1.1 - Registro do interessado na entidade profissional competente - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea), ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), com comprovante de regularidade financeira atualizada.

X.2.1.2 - Para efeitos de caracterização da pertinência e compatibilidade da atividade, consideram-se como relevantes a prestação dos seguintes serviços: execução e recuperação de estruturas de concreto armado.

X.2.1.3 - A comprovação de aptidão para a prestação destes serviços dar-se-á mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

X.2.1.3.1 - Quantidade mínima de 0,5 metro cúbico (m<sup>3</sup>) de concreto recuperado.

X.2.1.3.2 - Execução de estruturas de concreto armado em volume mínimo de 1m<sup>3</sup>.

X.2.2 – Qualificação técnica profissional, cuja comprovação será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:

X.2.2.1 - Registro do responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea), ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), com comprovante de regularidade financeira atualizada.

X.2.2.2 - Certidão de acervo técnico, em nome do responsável técnico, que comprove o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto deste certame.

X.2.2.3 - Para efeito de caracterização da pertinência e compatibilidade da atividade, consideram-se como relevantes a prestação de todos os seguintes serviços: execução e recuperação de estruturas de concreto armado.

X.2.2.4 - A comprovação de vínculo da empresa interessada com o profissional indicado poderá ser demonstrada através da carteira de trabalho, contrato de prestação de serviço ou contrato social, ou ainda pela certidão de registro do interessado na entidade profissional competente, desde que nesta certidão conste o nome do profissional, ou ainda, de declaração da contratação futura do profissional, desde que acompanhada da declaração de sua anuência.

X.2.2.5 - Os profissionais detentores dos atestados de responsabilidade técnica solicitados deverão ser responsáveis técnicos dos respectivos serviços, admitindo-se a sua substituição apenas em situações excepcionais, por profissionais com acervo técnico equivalente ou superior, devendo a substituição ter a prévia anuência da Administração.

## X.3 - Vistoria:

X.3.1 - Os interessados poderão realizar visita técnica no local de execução dos serviços, mediante agendamento prévio com a Coordenadoria de Engenharia [telefone: (21) 3436-8083], ou via e-mail [coeng@tre-rj.jus.br](mailto:coeng@tre-rj.jus.br), no horário compreendido entre 12h e 17h, a fim de tomar conhecimento de todas

as peculiaridades e do grau de dificuldade relativos à execução do objeto. Embora facultativa, a vistoria é recomendável, motivo pelo qual os interessados poderão observar, no local, as premissas e restrições existentes, assegurando-se das respectivas condições de trabalho e de acesso.

X.3.2 - Desse modo, oportuniza-se que as propostas dos interessados contemplem as condições adequadas de planejamento e de exequibilidade mediante as considerações de escopo, de prazos de execução e de custos dos serviços. O interessado que não vistoriar os locais assumirá todos os ônus referentes ao não conhecimento de informações passíveis de serem adquiridas a partir dessa vistoria, ficando ciente de que não poderá alegar qualquer desconhecimento posterior para a realização do serviço.

X.4 - Custos de horário improdutivo, de depreciação e de manutenção de equipamentos: As regras consideradas para apuração de custos são as constantes das composições de custo unitário dos sistemas de referência de preços utilizados.

X.5 - Normas Técnicas aplicáveis: a execução dos serviços e os materiais que comporão o objeto desta contratação deverá seguir rigorosamente o disposto nas normas técnicas vigentes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, em suas últimas edições publicadas, em especial: ABNT NBR 6.118:2023 – versão corrigida 2:2024 - projeto de estruturas de concreto – procedimento; ABNT NBR 6.120:2019 - ações para o cálculo de estruturas de edificações; ABNT NBR 6.122:2022 - projeto e execução de fundações; ABNT NBR 15.696:2009 - formas e escoramentos para estruturas de concreto - projeto, dimensionamento e procedimentos executivos; ABNT NBR 12.655:2022 - concreto de cimento Portland - preparo, controle, recebimento e aceitação - procedimento; ABNT NBR 7.211:2022 - agregados para concreto - requisitos; ABNT NBR 11.768-1:2019 - aditivos químicos para concreto de cimento Portland; ABNT NBR 16.834:2020 - concreto — determinação da variação dimensional (retração ou expansão linear); ABNT NBR 7.480:2024 - aço destinado às armaduras para estruturas de concreto armado - requisitos; ABNT NBR 15.575-1:2024 - edificações habitacionais — desempenho; ABNT NBR 15.575-2:2013 - edificações habitacionais — desempenho; ABNT NBR 15.575-3:2021 - edificações habitacionais — desempenho; ABNT NBR 15.575-4:2021 - edificações habitacionais — desempenho; ABNT NBR 13.281-1:2023 - argamassas inorgânicas — requisitos e métodos de ensaios; ABNT NBR 13.281-2:2023 - argamassas inorgânicas — requisitos e métodos de ensaios; ABNT NBR 13.749:2013 - revestimento de paredes e tetos de argamassas inorgânicas - especificação; ABNT NBR 13.245:2011 - tintas para construção civil — execução de pinturas em edificações não industriais — preparação de superfície; ABNT NBR 15.079-1:2025 - tintas para construção civil - requisitos mínimos de desempenho; ABNT NBR 15.079-2:2025 - tintas para construção civil - requisitos mínimos de desempenho; ABNT NBR 10.998:1987- tinta de acabamento acrílica à base de solventes orgânicos - especificação; ABNT NBR 5.410:2004 - instalações elétricas de baixa tensão; ABNT NBR 13.570:2021 - instalações elétricas em locais de afluência de público — requisitos específicos; ABNT NBR 15.465:2020 - sistemas de eletrodutos plásticos para instalações elétricas de baixa tensão — requisitos de desempenho.

X.6 - Unidades de medida: foram definidas conforme as normas técnicas e de acordo com as unidades constantes nas composições de custos unitários dos sistemas de referência de preços utilizados, em conformidade com os quantitativos do projeto executivo.

X.7 - Obrigações do contratante:

X.7.1 - Prestar todas as informações e esclarecimentos pertinentes ao(s) serviço(s) contratado(s) que venham a ser solicitados pela contratada, sempre que possível e viável.

X.7.2 - Proporcionar à contratada todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais.

X.7.2.1 – Dentre as facilidades identificadas, se encontram no prédio o armazenamento de água potável e o fornecimento de energia elétrica, devendo a contratada e a fiscalização adotarem as medidas necessárias para evitar o mal uso das instalações prediais.

X.7.2.2 - O TRE-RJ adotará as providências necessárias para remover instalações prediais, notadamente as de instalações elétricas, no espaço que abriga os serviços cartoriais.

X.7.2.3 - Este Regional providenciará, ainda, o espaço necessário para que a contratada execute e instale um quadro elétrico específico para os equipamentos a serem utilizados na obra.

X.7.3 - Permitir acesso da contratada e de seus auxiliares às dependências do TRE-RJ relacionadas à execução do(s) serviço(s), mediante acompanhamento e supervisão das respectivas áreas técnicas do contratante.

X.7.4 - Proporcionar os recursos técnicos e logísticos necessários para que a contratada possa executar os serviços conforme as especificações estabelecidas neste projeto básico.

X.7.5 - Exercer o acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, nos termos da Lei 14.133/2021.

X.7.6 - Efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços dentro do prazo estipulado, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais.

X.7.7 - Franquear o acesso dos funcionários da contratada aos banheiros existentes no galpão e ao banheiro que possui acesso direto para área externa.

#### X.8 - Obrigações da contratada:

X.8.1 – Perante os conselhos profissionais, a contratada deverá comprovar a adoção das seguintes providências:

X.8.1.1 - Apresentar cópia da Anotação/Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RRT), emitida pelo CREA-RJ/CAU, devidamente quitada, em até 15 (quinze) dias contados da assinatura do contrato, relativa aos serviços a serem executados, bem como nas renovações e na substituição do responsável técnico, desde que mantida a qualificação técnica ou que seja superior à anteriormente apresentada na qualificação para a licitação.

X.8.1.2 - Na hipótese do profissional designado para o acompanhamento dos serviços não ser o mesmo profissional apresentado na Anotação/Registro de Responsabilidade Técnica principal como responsável técnico, a contratada deverá apresentar a cópia da ART/RRT, emitida pelo CREA-RJ/CAU, devidamente quitada, do Engenheiro ou Arquiteto designado para exercer o acompanhamento da execução dos serviços.

X.8.1.3 - A contratada, sendo de outro estado da Federação, deverá apresentar, em até 5 (cinco) dias contados da assinatura do contrato e devidamente assinado pelas partes, o “visto” do CREA do estado do Rio de Janeiro.

X.8.2 – Apresentar a documentação comprobatória de cumprimento do que dispõem os procedimentos e as normas gerais de tributação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e das contribuições destinadas a outras entidades ou fundos voltados para a arrecadação das contribuições pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), conforme assevera sua Instrução Normativa RFB 2026/2021, em especial, o Cadastro Nacional de Obras - CNO.

X.8.3 – Cabe à contratada fornecer a planilha sintética dos insumos a qual deu origem à planilha de formação de preços que integra a proposta, sendo que:

X.8.3.1 - A planilha sintética dos insumos deverá ter sua apresentação respeitando a mesma estrutura analítica de serviços apresentada na planilha orçamentária de referência.

X.8.3.2 - A planilha sintética dos insumos deverá ser entregue à fiscalização em meio eletrônico e impressa, assinada por responsável técnico da contratada devidamente identificado no documento, acompanhado de número do seu registro em conselho profissional pertinente.

X.8.3.3 - Havendo divergências entre os valores constantes da planilha sintética dos insumos e a planilha de formação de preços que integrou a proposta comercial, prevalecerá o disposto na planilha de formação de preços, cabendo à contratada a correção de suas considerações no preenchimento da planilha.

X.8.4 – Procedimentos comportamentais e atitudinais esperados dos integrantes da contratada:

X.8.4.1 - Manter seu pessoal identificado com crachás munidos de fotografia recente, e provido dos equipamentos de proteção individual adequados.

X.8.4.2 - Manter a disciplina nos locais dos serviços, e responsabilizar-se pelo seu cumprimento, por parte de seus empregados, em conformidade com as normas disciplinares determinadas pelo contratante.

X.8.4.3 - Substituir qualquer empregado cujo comportamento seja inconveniente ou insatisfatório ao bom andamento dos serviços, contrário ao interesse do serviço público, ou que embaraçar ou dificultar a fiscalização, no prazo máximo de 24h a contar da ciência do comportamento do prestador pela contratada.

X.8.4.4 - Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

X.8.4.5 - Observar conduta adequada na utilização e guarda dos materiais e equipamentos durante a prestação dos serviços, tudo sob sua inteira responsabilidade.

X.8.4.6 - Atender às Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, quanto à Segurança e Medicina do Trabalho principalmente no que se refere ao fornecimento e fiscalização do uso de equipamentos de segurança individual (EPI) e coletiva, por imprescindíveis que são à execução dos serviços. A empresa será penalizada pelo eventual não cumprimento dessa obrigação.

X.8.4.7 - Assegurar as condições de segurança do trabalho da fiscalização do contratante.

X.8.5 – Quanto aos aspectos fiscais e tributários:

X.8.5.1 - Apresentar documentos que comprovem sua regularidade fiscal por ocasião do faturamento no decorrer do contrato ou em outras ações de obrigações contratuais, devendo apresentar ao contratante as certidões de regularidade com o INSS e o FGTS e demais certidões solicitadas.

X.8.5.2 - Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas na licitação, bem como com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

X.8.6 - Estruturar-se de modo compatível e prover toda a infraestrutura necessária à prestação dos serviços previstos em contrato, sempre se antecipando às necessidades.

X.8.7 - Dar plena e fiel execução ao contrato, respeitando todas as cláusulas e condições estabelecidas.

X.8.8 - Comunicar imediatamente qualquer anormalidade que verificar na prestação dos serviços, dando ciência à fiscalização, por escrito, para a adoção das providências cabíveis.

X.8.9 - Dar imediato conhecimento ao contratante sobre autuações ou notificações porventura lavradas por fiscalização de órgão público ou de suas concessionárias, bem como sobre erros ou omissões, relativas aos serviços sob sua responsabilidade técnica.

X.8.10 - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela fiscalização, em tempo nunca superior a 2 (dois) dias úteis, salvo por motivo devidamente justificado.

X.8.11 - Solicitar à fiscalização os esclarecimentos ou as definições eventualmente não explicitadas no projeto básico e em seus anexos.

X.8.12 - Fornecer e afixar placas sobre a execução dos serviços, contemplando a responsabilidade e a corresponsabilidade técnica, nos moldes e dimensões estabelecidos pelos respectivos conselhos profissionais pertinentes, bem como as indicadas pela Prefeitura da Cidade de Bom Jesus de Itabapoana.

X.8.13 - Executar a correção dos serviços que não tenham sido realizados nos termos da presente especificação.

X.8.14 - Limpar diariamente as áreas em que os serviços forem executados mediante varrição do local e a coleta de resíduos. A inobservância dessa obrigação ensejará a empresa a ser penalizada pelo não cumprimento.

X.8.15 - Iniciar os serviços de campo somente após o recebimento da ordem de serviço (OS - id. [4541820](#)) a ser emitida pela fiscalização.

X.8.16 - Ajustar, em conjunto com a fiscalização, o cronograma de execução, de modo que sejam considerados os dias e horários de expediente de trabalho deste órgão, buscando mitigar os impactos nas áreas de vivência e comuns da edificação coabitada por outros usuários.

X.8.17 - Cotejar, em conjunto com a fiscalização, os níveis de poeira, ruído e os impactos produzidos às partes interessadas, as quais deverão ser previamente identificadas, incluindo-se os usuários vizinhos.

X.8.18 - Assumir todas as responsabilidades relativas aos seus empregados, e tomar as medidas necessárias ao pronto atendimento daqueles porventura acidentados ou acometidos de mal súbito, nos termos das recomendações do Ministério da Saúde.

X.8.19 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução de contrato.

X.8.20 - Responsabilizar-se por todos os eventuais impostos, taxas, licenças e registros em órgãos públicos municipais, estaduais ou federais que se fizerem necessários.

X.8.21 - Responsabilizar-se por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação dos serviços, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos

casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o contratante de qualquer solidariedade ou responsabilidade.

X.8.22 - Assumir objetivamente inteira responsabilidade civil e administrativa pelo fornecimento do objeto contratual, correndo por sua conta os ônus inerentes aos serviços prestados, tais como: encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, taxas, licenças, férias e documentos concernentes à contratação, inclusive seguros contra acidentes de trabalho, bem como indenizações decorrentes de todo e qualquer dano pessoal e material causados, voluntária ou involuntariamente, por seus prepostos durante e/ou em decorrência da execução dos serviços contratados, providenciando imediata reparação dos prejuízos impostos ao contratante ou a terceiros, inclusive, se houver, as despesas com custas judiciais e honorários advocatícios.

X.8.23 - Compete à contratada a elaboração de projeto "as built", também conhecido "como construído", ao longo de toda a execução da obra e de seus serviços, de modo que, ao final, em sua última contraprestação, seja capaz de repercutir posições geométricas e dimensões de todos os elementos constituintes de estruturas de concreto armado e das instalações prediais contidos no escopo de seus trabalhos.

X.9 - Além das cláusulas usuais a todo contrato, estabelecidas pelo art. 89 da Lei 14.133/2021, sugere-se a inclusão das seguintes:

X.9.1 - A assinatura do presente contrato implica a concordância da contratada com o conteúdo do projeto básico e de todos seus anexos – orçamentos, desenhos, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares, inclusive dos quantitativos indicados nas peças.

X.9.2 - Deverá constar do edital e do contrato cláusula expressa de concordância do contratado com a adequação do projeto que integrar o edital de licitação e as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, dez por cento do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no art.125 da Lei 14.133/2021. (em atendimento ao inciso II, do art.13, do decreto 7.983/2013).

X.9.3 - Por se tratar de empreitada por preço unitário, e considerado o curto prazo de execução, não haverá pagamento de etapas parcialmente concluídas. Os pagamentos somente serão autorizados quando todo escopo da etapa estiver concluído.

X.9.4 - Sugere-se, ainda, a inclusão no edital da seguinte cláusula: "É irregular a admissão de proposta ofertada pelo licitante contendo especificações de serviços e respectivas quantidades destoantes do orçamento-base da licitação. Caso o licitante identifique erro de quantitativos no orçamento-base ou ausência de insumos essenciais à execução do objeto, deve impugnar os termos do edital de licitação".

X.10 - Prazo de Vigência:

X.10.1 - O prazo estimado para a vigência do contrato é de 60 dias.

X.10.2 - O prazo estimado para a execução do objeto é de 10 dias.

X.10.2.1 - A fase de execução pressupõe que todos os recursos já se encontrem alinhados e disponíveis, baseados nas premissas e restrições do projeto estrutural detalhado, de responsabilidade do contratado e relativo especificamente à recuperação do trecho no contexto estrutural da edificação.

X.11 - O cronograma por etapas principais das obras e serviços se encontra no anexo I-D - id. [4510358](#).

X.12 - Subcontratação: não há previsão de subcontratação permitida para os serviços contratados.

X.13 - Disponibilidade de espaço em condição contratual regular:

X.13.1 - Segundo informado pela Seção de Gestão de Imóveis, conforme se verifica pelo vigente termo de cessão de parte de imóvel, id. [3207542](#), o histórico da desocupação do espaço pelo TRE/RJ tramita no protocolo [2023.0.000025601-0](#), onde se encontram registradas as tratativas entre este Regional e demais órgãos mediante consulta voltada para a cessão de espaço.

## **XI – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO [Art. 18, § 1º, incisos X e XI]**

XI.1 - Adequação do ambiente:

XI.1.1 - O TRE-RJ irá franquear o acesso dos funcionários da contratada aos banheiros existentes no espaço sob a sua responsabilidade.

XI.1.3 - O TRE-RJ e as respectivas unidades responsáveis, deverão assegurar a desocupação para possibilitar a realização das intervenções contratadas.

XI.2 - Recursos humanos: observar a necessidade de desocupação do espaço, com a consequente realocação de servidores deste órgão público.

XI.3 - Impactos administrativos: observar, igualmente, a necessidade de desocupação do espaço pelos bens materiais, a serem transferidos, considerado o leiaute que se adequar para o novo endereço, bem como a correta consignação dos materiais elétricos atualmente em uso, embora equivocadamente instalados, porém de valor relevante para o interesse público.

XI.4 - Contratações correlatas e/ou interdependentes: não se aplica.

XI.5 - Será indispensável desocupar o espaço de pessoas e coisas onde atualmente abriga o cartório da 95ª zona eleitoral.

XI.6 - A transferência das instalações cartorárias dos autos se encontra tramitando no SEI! [2024.0.000001886-8](#), por meio do qual a Coordenadoria de Engenharia adotará as providências necessárias para assegurar a desocupação antes da fase externa da licitação.

XI.7 - Considerando-se a condição de mero cessionário do espaço cedido pelo estado do Rio de Janeiro, e levando-se em conta as obrigações contidas no termo de cessão de uso de parte do imóvel situado na rua Expedicionário Paulo Moreira, 67, Bom Jesus do Itabapoana/RJ, o qual veda ao cessionário - TRE-RJ - realizar construções sem a prévia e expressa autorização da Superintendência Central de Recursos Logísticos e Patrimônio, faz-se necessária a obtenção das autorizações expedidas pelas autoridades estaduais interessadas em manter as condições anteriores.

## **XII - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

XII.1 - A fiscalização da prestação dos serviços deverá ser executada por servidores especializados em arquitetura, engenharia civil ou engenharia elétrica.

## **XIII - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE/REQUISITOS AMBIENTAIS [ART. 18, § 1º, INCISO XII]**

XIII.1 - Quanto aos critérios de sustentabilidade, deverão ser obedecidas as regras constantes do “Guia de

Inclusão de Critérios Sustentáveis para Contratações do TRE-RJ”, estatuído pelo Ato GP 171/2020, sobretudo os requisitos descritos a seguir:

XIII.1.1 – A prioridade ao emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras.

XIII.1.2 – De acordo com o item 26 do “Guia de Inclusão de Critérios Sustentáveis para Contratações do TRE-RJ” - os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão, preferencialmente, utilizar combustíveis renováveis (etanol, biodiesel) ou que causem o menor impacto ambiental (GNV), devendo ser dotados de sistemas que permitam o uso dos referidos combustíveis, nos termos da Lei 9.660/98, nos termos dos objetivos do processo licitatório constantes do art. 11 da Lei 14.133/2021, ou possuir tração por motor elétrico/híbrido, bem como atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções Conama 1/93, e 272/00, e legislação correlata, e de limites máximos de emissão de poluentes provenientes dos escapamentos fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – Proconve, conforme Resoluções Conama 18/86, 315/02 e legislação correlata.

XIII.1.3 – Em cumprimento ao item 26 do “Guia de Inclusão de Critérios Sustentáveis para Contratações do TRE-RJ”, também devem os veículos utilizados na prestação dos serviços, preferencialmente, apresentar o menor consumo e a classe de eficiência energética “A”, conforme a classificação do Programa Brasileiro de Etiquetagem de veículos (consulta na página do Inmetro na internet [www.inmetro.gov.br/pbe](http://www.inmetro.gov.br/pbe) ou na página do Conpet: [www.conpet.gov.br/consultacarros](http://www.conpet.gov.br/consultacarros)).

XIII.1.4 – Segundo o item 11.19 do “Guia de Inclusão de Critérios Sustentáveis para Contratações do TRE-RJ”, agregados de argamassas e cimento devem comprovar origem legal, cabendo apresentar o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais e a Licença Ambiental adequada para extração de minerais.

XIII.1.5 – Utilização de agregados reciclados, sempre que existir oferta, capacidade de suprimento e custo inferior aos agregados naturais, sobretudo diante das necessidades descritas no item 5.2.2.7 da ABNT NBR 6.484:2020.

XIII.1.6 – Cumprimento do item 11.20 do “Guia de Inclusão de Critérios Sustentáveis para Contratações do TRE-RJ” de modo que a contratada adote as medidas necessárias para evitar o desperdício de água tratada.

XIII.1.7 - O “Guia de Inclusão de Critérios Sustentáveis para Contratações do TRE-RJ”, em seu item 17.4, prevê rigorosa observância ao Decreto-Lei 5.452/1943 (CLT), às Convenções Internacionais da OIT ratificadas pelo Brasil, ao Decreto 4.552/2002, assim como às Instruções Normativas e Normas Regulamentadoras de segurança do trabalho, em especial no tocante ao anexo I da Portaria 3.733/2020 da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

XIII.1.8 – Conforme disposto no item 11.8 do “Guia de Inclusão de Critérios Sustentáveis para Contratações do TRE-RJ”, os locais de execução dos serviços deverão permanecer limpos e arrumados, sem materiais e ferramentas espalhadas pelo prédio e arredores, bem como serão de uso permanente e obrigatório os equipamentos de proteção individual e coletiva – EPI e EPC, com especial atenção aos riscos de queda, devendo a contratada atentar-se e alertar para os requisitos indispensáveis de segurança, não sendo tolerada a execução de trabalho que não atenda, previamente, aos requisitos de saúde e segurança do trabalhador.

XIII.1.9 - Conforme disposto no item 11.9 do “Guia de Inclusão de Critérios Sustentáveis para Contratações do TRE-RJ”, no caso de geração de RESÍDUOS SÓLIDOS, será adotado como

parâmetro de classificação de geradores o Decreto 27.078/06 e as Resoluções SMAC 387 e 605/15, devendo ser observado, ainda, o seguinte:

XIII.1.9.1 - Para fins de fiscalização do fiel cumprimento da legislação, a contratada deverá comprovar que todos os resíduos removidos estão acompanhados do Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR (emitido pelo INEA), em conformidade com as normas da ABNT (NBR 15.112:2004, 15.113:2004, 15.114:2004, 15.115:2004 e 15.116:2021), bem como do Certificado de Destinação Final – CDF (emitido pelo próprio destinador final).

#### **XIV - INDICAÇÃO DA MODALIDADE DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

XIV.1 - A modalidade de licitação a ser utilizada deverá ser o pregão eletrônico.

#### **XV - ALOCAÇÃO DE RISCOS**

XV.1 - Não se aplica.

#### **XVI - DECLARAÇÃO SOBRE A DISPENSA DE PROJETOS**

XVI.1 - Não se aplica.

#### **XVII - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA [Art. 18, § 1º, inciso XIII]**

XVII.1 - Considerando os requisitos do presente estudo técnico preliminar, a contratação que se pretende está adequada para o atendimento da necessidade.

XVII.2 - Descrição sucinta do objeto: reconstrução de pilar de concreto armado demolido pelo próprio TRE-RJ na condição de cessionário.

XVII.3 - Valor estimado: R\$ 40.160,28.

XVII.4 - Adequação orçamentária: IEF ENERGI - Natureza da despesa 33.90.39 - conforme informado pelo id. [4510479](#), considerada a informação prestada pelo id. [4106304](#).

#### **XVIII - DECLARAÇÃO SOBRE A RESTRIÇÃO DE ACESSO AOS ESTUDOS PRELIMINARES:**

XVIII.1 - Trata-se de documento preparatório para licitação e deve ter acesso restrito até a publicação do edital (art. 7º da Lei 12.527/2011).

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2025.

---

**JACEMIR BARBOSA RIBEIRO**  
**ANALISTA JUDICIÁRIO - ENGENHEIRO(A) CIVIL**



Documento assinado eletronicamente em 18/08/2025, às 16:37, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

---

**MONICA CARVALHO PESSANHA**  
**TÉCNICO JUDICIÁRIO**



Documento assinado eletronicamente em 03/09/2025, às 18:30, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **4569900** e o código CRC **2622A5B4**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.

---

Criado por [jacemir.ribeiro](#), versão 2 por [jacemir.ribeiro](#) em 18/08/2025 16:15:34.